Dissertações defendidas no MPGOA/2018

SILVA, José Roberto Cavalcante da. **Estudos prospectivos sobre o ciber terrorismo na Paraíba**. 2018. 106f. Dissertação (Mestrado em Gestão nas Organizações Aprendentes) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

Resumo

A informação adquiriu a condição de ativo nas organizações públicas ou privadas na sociedade da informação. Percebe-se que a utilização das tecnologias da informação e da comunicação pelas instituições potencializou e elevou a sua competitividade, proporcionando rapidez e celeridade de transmissão e processamento da informação. Da mesma maneira, as ameaças à segurança da informação destacam-se na proporção em que surgem formas mais sofisticadas de ataques aos ativos informacionais, como o terrorismo cibernético, objeto deste estudo. Esta pesquisa apresentou como objetivo prospectar cenários sobre o ciber terrorismo na Paraíba. Foram consultados como amostra intencional por conveniência da pesquisa órgãos públicos e empresas que sofreram ataques ou ameaças de ataques descritas na mídia como sendo ciber terrorismo no período de janeiro de 2016 até o ano de 2017. Para tanto, realizou-se uma investigação de natureza qualiquantitativa, bibliográfica e descritiva, empregando o método de construção de cenários prospectivos de Godet. Na etapa do exame dos dados, os instrumentos utilizados foram: análise estrutural; Método de Atores, Objetivos, Relações de força; e a análise morfológica. Essas ferramentas são específicas do método de Godet, que recebe auxílio de softwares. Apresentou-se como resultado um diagnóstico da situação da segurança da informação e do ciber terrorismo em organizações da Paraíba. Identificaram-se as seguintes variáveis: políticas públicas; ideologias; mercado; tecnologias e vantagem indevida. Outrossim, apontaram-se os atores a seguir: governo; empresas; colaboradores; clientes/usuários e pessoas externas. Por fim, foram desenvolvidos os seguintes cenários possíveis para o ciber terrorismo na Paraíba: cenário propício; cenário adverso; e cenário provável. O primeiro foi exposto como um cenário favorável para a realização de ataques de natureza ciber terrorista no âmbito das organizações estudadas. O segundo foi apresentado como um cenário desfavorável para a atuação do ciber terrorismo no contexto analisado. O terceiro mostra um crescimento gradativo dos ataques de cunho ciber terrorista na conjuntura das instituições investigadas.

Palavras-chave: Gestão da Segurança da Informação. Tecnologias da Informação e da Comunicação. Ciber Terrorismo. Cenários Prospectivos.

Orientador: Wagner Junqueira de Araújo

SILVA, Ludmila Dantas. **Evasão escolar e gestão do conhecimento: o caso da Universidade Estadual da Paraíba**. 2018. 106f. Dissertação (Mestrado em Gestão nas Organizações Aprendentes) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

Resumo

A evasão escolar no ensino superior, fenômeno que vem sendo amplamente discutido nos mais diversos níveis de formação educacional, acarretando graves prejuízos com reflexos no indivíduo, na instituição de ensino, no Estado e sociedade, constitui-se uma das atuais preocupações da instituição universitária. O presente trabalho analisa a evasão escolar no âmbito da educação superior, nos cursos de graduação ofertados na modalidade presencial na Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, com o objetivo de propor, a partir de conceitos da Gestão do Conhecimento, estratégias para o seu combate. De natureza exploratória e descritiva, a investigação, um estudo de caso, abrangeu todo o corpo discente matriculado nos cursos de graduação em algum momento no ano letivo de 2016, na modalidade presencial, no campus I – Campina Grande. Também abrangeu uma amostra de gestores: coordenadores de cursos, chefes de departamentos, diretores de centros, Pró-Reitores, Vice-Reitor e Reitor da instituição. O procedimento metodológico para selecionar os cursos abrangidos pela amostra considerou cursos com maiores e menores índices de evasão visando alcançar uma boa aproximação com a realidade da evasão escolar da instituição. Para a coleta dos dados, processada em duas fases, utilizou-se duas técnicas de pesquisa: a primeira por meio de levantamento dos dados institucionais oriundos do Sistema de Controle Acadêmico da instituição, os quais foram utilizados para realização do cálculo dos índices de evasão escolar da UEPB e a segunda, através de questionário aberto com os gestores selecionados para amostra. Como resultado dessa pesquisa, foram apresentados dados que indicam que os níveis de evasão escolar na instituição variam de 0,78% a 38,58%, sendo menor nos cursos da área das ciências da saúde e se apresentando de forma mais intensa nos cursos da área das ciências exatas e humanas. Foi apresentado, ainda, o conhecimento individual de gestores acerca de questões observadas em seus cursos sobre a problemática da evasão escolar na UEPB. Os resultados demonstram, ainda, a percepção dos gestores acerca desses níveis e a proposição de estratégias, com base em seus conhecimentos tácitos, e apontam soluções para combater os fatores que ensejam a evasão escolar na instituição. Os dados coletados também proporcionaram o conhecimento sobre as ferramentas, sistemas e metodologia utilizada na instituição para o acompanhamento sistemático da evasão escolar, assim como propõe sugestões e críticas. O estudo coloca-se como uma possibilidade de contribuição para que os gestores da instituição, especialmente os que atuam nas atividades administrativo-acadêmicas, possam identificar com maior clareza as vulnerabilidades existentes na instituição e refletir sobre a aplicabilidade das estratégias apontadas na pesquisa.

Palavras-chave: Evasão escolar. Gestão do Conhecimento. Educação Superior.

Orientadora: Emília Maria da Trindade Prestes

SILVA NETO, Manoel Morais da. **Transferências voluntárias da união em tempos de crise: o caso da Universidade Estadual da Paraíba**. 2018. 74f. Dissertação (Mestrado em Gestão nas Organizações Aprendentes) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

Resumo

O presente estudo procurou investigar os repasses de recursos da União para a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), no período 2012-2017. Buscando garantir a efetividade de suas políticas públicas o Governo Federal adotou como medida, a partir de 1988 com sua Constituição cidadã, a descentralização de seus recursos e incluiu em seu orçamento recursos destinados a programas sociais de seus órgãos para que sejam transferidos a os outros entes da federação através de transferências voluntárias, que podem ser classificadas como convênio, termos de cooperação ou contratos de repasse. Através da publicação dos editais desses programas, os gestores interessados podem submeter à análise dos órgãos concedentes da verba, projetos cujo objetivo final esteja alinhado com o propósito de cada programa. Para que esses projetos sejam celebrados e, de fato, se tornem convênios, é necessário que vários requisitos sejam respeitados. Sabendo-se que a educação é umas das áreas estratégicas da sociedade e que a UEPB é umas das principais instituições de Ensino Superior do Estado da Paraíba e da região nordeste, surgiu a necessidade de se investigar e detalhar de forma descritiva os impactos da crise econômica enfrentada pelo país a partir de 2015 sobre as TVUs para esta instituição. Do ponto de vista metodológico, para o alcance de seus objetivos, o estudo realizou uma pesquisa documental e descritiva. Como principal resultado encontrado, destaca-se o impacto negativo da crise econômica do período sobre cenário das TVUs, evidenciando cortes orçamentários, queda de recursos transferidos e até mesmo encolhimento de programas fundamentais como a assistência estudantil, fatores que influenciaram negativamente os repasses desses recursos para a UEPB, apesar da tendência de recuperação a partir de 2016, em consonância com os dados de recuperação econômica do/período.

Palavras-Chave: Gestão Pública. Transferências Voluntárias da União. Convênios. Universidade Estadual da Paraíba. Crise Econômica.

Orientadora: Emília Maria da Trindade Prestes

CARTAXO, Waleska Acioli. **Processo Judicial Eletrônico:** uma avaliação através do Common Assessment Framework. 2018. 133f. Dissertação (Mestrado em Gestão nas Organizações Aprendentes) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

Resumo

Essa pesquisa objetivou avaliar o Sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe) no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (TJPB), através da ferramenta de avaliação denominada Common Assessment Framework (CAF), a qual consiste em um Modelo de Gestão da Qualidade Total que foi desenvolvido para uso no Setor Público Europeu, cuja inspiração reside no Modelo de Excelência da Fundação Europeia para a Gestão de Qualidade. O PJe surgiu em meio a uma conjuntura de desenvolvimento da sociedade e de uma onda de renovação que culminou na virtualização dos processos dentro do Poder Judiciário, visando a prestação jurisdicional mais rápida, efetiva, com respeito à sustentabilidade ambiental e economia de recursos, além da interoperabilidade das ações entre os tribunais. Diante das finalidades para as quais o sistema foi criado, bem como a ampla abrangência e importância que ele detém perante a Justiça Brasileira, viu-se a necessidade de analisar se o Sistema do PJ e tem atendido as diretrizes gerais que justificaram sua implantação. Como referencial teórico, o trabalho fundamentou-se nos princípios que devem nortear o processo judicial, assim como no Modelo CAF, que trata da Gestão da Qualidade Total e busca promover aprendizagem e ações de melhoria contínuas no intuito de alcançar a excelência organizacional. A pesquisa é classificada como exploratória, e, quanto aos meios de investigação, classifica-se como pesquisa de campo. Como recorte temporal, a avaliação se limitou ao período a partir do qual o sistema foi implantado nas varas cíveis de João Pessoa, ou seja, desde o mês de maio de 2015. A coleta de dados foi feita através de questionários fechados aplicados à amostra da pesquisa, que foi definida como sendo de dezoito servidores de nove varas cíveis de João Pessoa, escolhidas aleatoriamente dentre as dezessete varas existentes, e dezoito advogados com demandas nas respectivas unidades judiciárias. Além disso, a elaboração dos questionários observou o método escalonado do Tipo Likert, e para o tratamento dos dados fora musa das técnicas estatísticas. Outrossim, para auxiliar na análise dos dados colhidos, foram utilizados os painéis de pontuação do sistema de pontuação clássica da CAF, a partir dos quais foi possível apontar o estágio em que se encontra determinado tema e indicar melhorias a serem empreendidas nas temáticas que apresentaram baixa pontuação. Ademais, verificou-se, com relação às diretrizes gerais que justificaram o surgimento do PJ e, que estas são atendidas de um modo geral, porém, a falta de interesse da instituição em promover cursos de aperfeiçoamento especificamente sobre o PJ e e em ouvir os servidores acerca das dificuldades enfrentadas com o usodo sistema, se apresentaram como entraves para uma maior celeridade processual. Além disso, ficou claro que não se tem buscado a padronização dos atos judiciais como forma de promover a uniformização do Poder Judiciário, bem como não é fornecida pela organização a estrutura necessária para atender a população mais carente, o que acaba restringindo o acesso dessas pessoas à justiça, e, consequentemente, se constituindo em uma barreira a maior efetividade jurisdicional.

Palavras-chave: Processo Judicial Eletrônico. Common Assessment Framework.Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.

Orientador: Eládio José de Góes Brennand

OLIVEIRA, Mateus Lins de. **Identidade padrão de comunicação digital do Governo Federal:** uma análise à luz da metodologia common assessment framework. 2018. 142f. Dissertação (Mestrado em Gestão nas Organizações Aprendentes) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

Resumo

O presente estudo tem como objetivo analisar se os interagentes dos sites da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) identificam as premissas da Identidade Padrão de Comunicação Digital do Governo Federal (IDG) nos sites institucionais que adotaram essa Identidade nesse estabelecimento de ensino. A IDG é um conjunto de diretrizes, orientações, padrões e modelos criados pela Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM) que é utilizado nos sites do Governo Federal, seja da administração direta ou indireta. Na UFPB, este modelo foi adotado em 2015 e já conta atualmente com mais de 290 páginas desenvolvidas pela Superintendência de Tecnologia da Informação (STI). Como recorte no objeto de pesquisa, foi analisado o site da Pró-Reitora Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE) e o da Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários (PRAC). Para tanto, foram avaliados a percepção e o desempenho na visão dos interagentes divididos em três categorias: os discentes que navegam no site da PRAPE; a comunidade externa que frequenta a UFPB, mas não possui nenhum tipo de vinculo com a instituição, mas acessou o site da PRAC; e os conteudistas que realizam as postagens dos conteúdos e atualizam as respectivas páginas web. Metodologicamente, esta pesquisa tem uma abordagem quantitativa classificada como dos tipos exploratória e bibliográfica. A coleta de dados foi realizada através de questionários fechados aplicados aos interagentes dos respectivos sites. Por sua vez, a análise de dados foi norteada por um instrumento de autoavaliação de Gestão da Qualidade Total da Administração Pública, a Common Assessment Framework (CAF), em sua versão adaptada ao setor de educação e com recorte em três critérios: o critério 6, que são os resultados orientados para o aluno; o critério 7, que são os resultados das pessoas; e o critério 8, que são os resultados da responsabilidade social.

Palavras-chave: Governo Eletrônico. Comunicação Digital. Portal Institucional. Gestão da Qualidade. Common Assessment Framework.

Orientador: Eládio José de Góes Brennand

MORAES, Larissa Siqueira. **Análise da relação entre os mecanismos de governança pública e a execução deconvênios federais**. 2018. 78f. Dissertação (Mestrado em Gestão nas Organizações Aprendentes) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

Resumo

As Universidades Públicas Estaduais são integrantes da Administração Pública e tem como finalidade principal a prestação de serviços à comunidade por meio do ensino, pesquisa e extensão. Para execução de suas atividades, elas recebem recursos que podem geralmente ser oriundos de duodécimo (repasse mensal do Estado) ou de transferências voluntárias concedidas pelo Governo Federal, firmando assim convênios entre a Universidade e a União. A governança pública traz na sua essência princípios basilares que visam uma gestão eficiente voltada a correta aplicação dos recursos públicos, utilizando - se de transparência, controle e uma prestação de contas responsável. O objetivo dessa pesquisa é investigar qual a relação existente entre os mecanismos de governança pública, sejam eles: liderança, estratégia e controle e a execução dos convênios federais da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), baseando-se no Referencial Básico de Governança (RBG) proposto pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Para realização dessa pesquisa de cunho descritivo e exploratório, com abordagem essencialmente qualitativa, foram utilizados como procedimentos para coleta de dados o levantamento documental e bibliográfico com fontes primárias e secundárias. Foi direcionado para uma pesquisa de campo, utilizando-se da aplicação de questionários com os gestores dos convênios que já finalizaram as atividades no âmbito do SICONV. O período analisado foi de 2008, ano em que foi implementado o SICONV até 2017. Para investigar a relação entre execução/gasto do convênio e aplicação dos mecanismos de governança pública foi utilizado além das análises das respostas dos respondentes, o software STATA. Como resultados encontrados ficou evidente que existe sim aplicabilidade dos mecanismos de governança na execução dos convênios, porém isso não é determinante para aumentar a plena utilização dos recursos empregados na sua execução, sendo assim, nem sempre o convênio que mais executou foi aquele que mais utilizou os mecanismos de governança.

Palavras-chave: Governança Pública. Transferências voluntárias. Gestão. Universidade.

Orientador: Miguel Maurício Isoni